

A EDUCAÇÃO E A ALIENAÇÃO HUMANA DA NATUREZA NO CONTEXTO PANDÊMICO

Sheila Nunes Pereira [1]

Resumo: Neste artigo busca-se refletir sobre o contexto pandêmico da COVID-19 e sua relação com o processo de alienação humana da natureza, assim como refletir sobre os limites e as possibilidades da educação nesse contexto e relação. O pensamento hegemônico encontra respostas em elementos exógenos para a atual crise que a humanidade atravessa, ela é uma crise gerada pelo vírus Covid-19, um elemento externo ao funcionamento do sistema do capital. A partir dessa premissa dominante, buscou-se dialogar com a concepção marxiana e marxista para verificar os elementos que determinam o contexto pandêmico, sua relação com o processo de alienação humana da natureza, os limites e possibilidades da educação nesse contexto e relação. Foi possível inferir que o pressuposto hegemônico de que os elementos que determinam a crise são extrínsecos não se confirmam, mas contraditoriamente se afirmam como elementos intrínsecos do funcionamento do sistema do capital, resultam do processo de alienação humana da natureza que tem na educação uma dupla possibilidade: de se afirmar, ou de superá-la.

Palavras-Chave: Educação. Alienação. Pandemia.

[1] Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

I. Introdução

A consciência social hegemônica como em um passe de mágica explica a atual crise mundial (econômica-humanitária) subjetivando o objeto e objetificando o sujeito. Contudo, o contexto pandêmico não surge como um simples passe de mágica, assim como um mágico tira o coelho da cartola. Ele é resultado do desenvolvimento histórico do ser social, é a síntese de como os seres humanos se relacionam com a natureza no metabolismo do capital.

Nesse sentido, como objetivo geral buscou-se a refletir sobre o contexto pandêmico da COVID-19 e sua relação com o processo de alienação humana da natureza, assim como refletir sobre os limites e as possibilidades da educação nesse contexto e relação.

Adotou-se o aporte teórico marxista e marxiano para compreender o contexto pandêmico da Covid-19 e como ele se relaciona com a categoria alienação, em específico, com a alienação humana da natureza em suas determinações centrais.

A tentativa do pensamento dominante de atribuir a crise mundial fatores extrínsecos (ao vírus Covid-19), não se sustenta do ponto de vista teórico. A teoria marxiana e marxista faz um resgate histórico desde a origem fundante do ser social e mostra que o sistema do capital é em si crise, pois possui uma relação dialética entre superprodução de capital e crise. Contudo, não são mais crises cíclicas necessárias a sua reprodução ampliada. É uma crise estrutural que compromete o seu funcionamento, mas fundamentalmente destrói rapidamente e sem limites a natureza e os seres humanos.

E deposita na educação, em sua forma ampliada, mas do que uma esperança, mas uma possibilidade concreta de superação da alienação humana. Não de toda forma de alienação, mas especificamente a auto-alienação do trabalho, trabalho alienado que nos submete aos desígnios do capital e nos aliena da natureza enquanto indivíduo e ser genérico.

2. O contexto pandêmico e a alienação humana da natureza

O sistema do capital constitui-se essencialmente por três contradições: produção e controle, produção e consumo, e produção e circulação de mercadorias. E delas resulta um sistema irremediavelmente centrífugo onde os elementos contraditórios potenciam possibilidades distintas. (MÉSZÁROS, 2006)

O capital em todo o seu desenvolvimento histórico, em todas as suas formas, foi orientado à expansão e dirigido pela acumulação. Ele não é orientado as necessidades humanas, mas à sua expansão com uma finalidade *em si mesmo*. É, portanto, antagônico por subordinar estrutural e hierarquicamente o trabalho apoderando-se totalmente do poder de decisão. E porque ela é estrutural, o capital foi, é, e será *irreformável e incontrolável*. (MÉSZÁROS, 2006, p. 58)

O sistema do capital carrega em si uma força destrutiva, pois é um sistema que somente se reproduz destruindo força humana de trabalho e destruindo de modo irreversível a natureza. Essa essência contraditória do sistema do capital lhe impôs barreiras que historicamente foram apenas deslocadas, levando-o, atualmente, a se deparar com seus limites absolutos, ingressando desta forma em uma crise estrutural que tende afetar todas as dimensões da vida desde as de ordem reprodutiva até as culturais e intelectuais mais mediadas. (MÉSZÁROS, 2006)

Marx defendia que a verdadeira barreira para a produção capitalista é o próprio capital, pois “a produção capitalista tende sem cessar a ultrapassar esses limites que lhe são iminentes, mas ela só consegue fazê-lo empregando meios que, novamente e numa escala mais imponente, erguem diante dela as mesmas barreiras”. (MARX, 1980, Livro III, Vol 4, p.262)

A partir da década de 1970, o sistema do capital passa a produzir características de uma nova forma de crise, para além das intrínsecas crises cíclicas, uma crise estrutural. Segundo, Mézáros (2011) ela afeta a totalidade da humanidade e todos os pontos do planeta, mostrando-se longa e duradoura, estrutural e sistêmica, reduzindo a taxa de lucro da acumulação capitalista devido à sua tripla destrutividade:

A Educação e a Alienação Humana da Natureza no Contexto Pandêmico

(1) ampliação de guerras cujo movimento se inicia no imperialismo monopolista do século XIX; (2) intensificação do uso dos bens naturais acima da capacidade de suporte, degradação dos ecossistemas e extinção em massa da diversidade; (3) aumento da produção destrutiva, pautada na obsolescência simbólica e material das mercadorias. (MÉSZÁROS, 2011, p. 28)

A crise é estrutural e do sistema do capital, não é uma crise ambiental, ou do vírus covid-19 como apregoa a ideologia dominante. Em sua lógica desmedida na apropriação ilimitada pelo valor, o sistema do capital reivindica da natureza uma demanda de recursos progressivamente irracional. O contexto pandêmico não surge do nada, ele é resultado do desenvolvimento histórico do sistema do capital que impõe uma relação destrutiva com a natureza e a humanidade como afirmam Chesnais e Serfati (2003) a crise é do capital, mas as consequências são para a civilização humana.

O capital não põe em perigo suas próprias condições de reprodução e de funcionamento ao destruir ou danificar gravemente o ambiente natural. Segundo nossa compreensão, por essas destruições cada vez mais graves e, em alguns casos, irreversíveis, o capital põe em perigo as condições de vida e a própria existência de certas comunidades, e até mesmo certos países. Mas ele não coloca diretamente em perigo as condições de sua dominação. (...) No que concerne às condições “externas”, “ambientais” de seu funcionamento, o capital, bem como os Estados que embasam sua dominação e as classes sociais que a ele estão ligadas, tem os meios tanto para suportar as consequências dessa destruição de classes, comunidades e Estados mais fracos, quanto para transformar a “gestão de recursos que se tornaram raros” e a “reparação das degradações” em campos de acumulação (em “mercados”) subordinados ou subsidiários. (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p.62)

Chesnais e Serfati (2003) expõem que na dimensão ambiental o capital representa uma barreira para a humanidade, mas não para o capital em si. No âmbito econômico o capital transforma a degradação em novos campos de acumulação, no campo do domínio genético investe no irresponsável jogo tecnológico que tem como impulsor o “valor acionário”. E no âmbito político o capital desloca as contradições ambientais para os países e classes mais

fracas e em caso de levantamentos dos atingidos pode por conveniência direcionar toda potência militar dos países imperialistas para a manutenção da ordem.

É nesta crise estrutural que os limites do capital são ativados na estrutura global comprometendo seu processo produtivo e sobrevivência, onde afeta principalmente suas duas fontes principais de riqueza: a capacidade de trabalho (o homem) e a natureza como evidencia Chesnais e Serfati:

A exploração do homem e da natureza até o esgotamento não reflete uma contradição do capitalismo, mas o antagonismo profundo entre ele e as necessidades da humanidade. A “crise ecológica” é a manifestação da destruição das forças produtivas, entre as quais os recursos naturais, para as necessidades da acumulação e num contexto hoje agravado pela dominação do capital financeiro. (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 68)

A pandemia é a expressão limite dessa crise do capital que atinge seus limites absolutos. A sua face destrutiva da natureza e do trabalho é revelada na pandemia em sua expressão mais perversa, o da letalidade que atinge, principalmente, a porção mais pobre da classe trabalhadora na periferia do sistema.

Para compreender a complexidade da situação que vivemos é imperativo resgatar a concepção marxiana de mundo, uma concepção profunda e sistematicamente ecológica onde o homem é parte da natureza.

O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem que ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza. (MARX, 2008, p. 84).

Para Marx, a relação do homem com a natureza é mediada pelo trabalho. Ele é o elemento central que media a relação homem e natureza, é através do trabalho que o homem encara os materiais da natureza como uma força da natureza. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes ao seu próprio corpo, a fim de se apropriar dos materiais da natureza de uma forma adaptada às suas necessidades. Através desse movimento, ele atua sobre a

A Educação e a Alienação Humana da Natureza no Contexto Pandêmico

natureza externa e a modifica, e com isso, simultaneamente, altera sua própria natureza.

Segundo Foster (2005) a concepção ecológica de Marx permeia toda sua obra, mas é no O'Capital que atinge plena integração entre sua "concepção materialista da natureza" e sua "concepção materialista da história" onde a categoria metabolismo surge para definir o processo de trabalho como um processo natural de produção da troca material entre o homem e a natureza. Para Marx ela tem um duplo sentido: um sentido ecológico e um amplo sentido social.

A categoria metabolismo permitiu também que Marx expressasse a relação humana com a natureza como uma relação que abrangia segundo Foster (2005) tanto "as condições impostas pela natureza" quanto "a capacidade dos seres humanos de afetar esse processo". No entanto, a principal característica dela é a "noção da alienação da natureza" e sua relação com "a alienação do trabalho" essência da crítica marxiana. (FOSTER, 2005, p. 223).

Contudo, é a alienação a categoria chave para compreender as relações sociais do capital, é a essência de toda crítica de Marx. No sistema do capital o homem é alienado de si, enquanto indivíduo, é alienado do seu gênero humano, e é alienado da natureza, enquanto parte da universalidade natureza. Segundo Marx:

Não é a unidade do ser humano vivo e ativo com as condições naturais, inorgânicas, do seu metabolismo com a natureza e, em consequência, a sua apropriação da natureza que precisa de explicação ou é resultado de um processo histórico, mas a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, uma separação que só está posta por completo na relação entre trabalho assalariado e capital. (MARX, 2011, p. 649)

Em O'Capital, Marx identifica uma *falha irreparável* no metabolismo: a separação antagônica entre campo e cidade no processo de produção de troca material entre o homem e a natureza. E uma "perturbação na interação metabólica entre o homem e a natureza" como prenuncia Marx no volume 1 do Capital:

Com a preponderância cada vez maior da população urbana que se amontoa nos grandes centros, a produção capitalista, de um lado, concentra a força motriz his-

tórica da sociedade, e, do outro, perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra, isto é, a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário, violando assim a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. (...) Mas, ao destruir as condições naturais que mantêm aquele intercâmbio cria a necessidade de restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção e em forma adequada ao desenvolvimento integral do homem. (...) E todo o progresso na agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apóia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX, 1980, p. 578-79)

A partir das concepções de *falha irreparável e perturbação na interação metabólica* descritas por Marx surge a concepção de *falha metabólica*. Para Foster (2005, p. 229) Marx utiliza o conceito de falha na relação metabólica entre os seres humanos e a terra para captar a alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista. O modo como Marx compreende o processo de alienação em sua totalidade na unidade dialética social-natural nos possibilita deduzir as causas que levam o homem a destruir os meios que lhe são necessários para continuar sobrevivendo.

Nesta perspectiva, afirma Mézáros (2002) essa alienação que acontece sob o domínio do capital se dá tanto em relação ao trabalho quanto à natureza, pois são fontes materiais do processo de produção social fundado sob a apropriação privada e a expropriação. Marx em suas obras previa essa relação destrutiva da natureza, segundo Foster (2005), mesmo em um contexto em que o esgotamento dos recursos naturais era algo distante. Em um trecho de *O Capital*, Marx escreveu:

Do ponto de vista de uma formação econômica superior da sociedade, a propriedade privada de certos indivíduos sobre o globo terrestre parecerá tão absurda

A Educação e a Alienação Humana da Natureza no Contexto Pandêmico

quanto a propriedade privada de um ser humano sobre outro ser humano. Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, mesmo todas as sociedades coevas em conjunto não são proprietárias da Terra. São apenas possuidoras, usufrutuárias dela, e como boni patres famílias devem legá-la melhorada às gerações posteriores. (MARX, 1980, Livro III, Vol 3, p.239)

Mesmo toda uma sociedade, uma nação ou todas as sociedades que existem simultaneamente tomadas em conjunto não são donos da terra, simplesmente tem a sua posse, são seus beneficiários e eles tem que passar adiante e em estado melhorado para as gerações futuras “como bons pais de família”.

No entanto, o sociometabolismo do capital transforma a natureza em sua propriedade privada constituindo-se como uma unidade contraditória entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento humano. Nele o desenvolvimento das forças produtiva está intrinsecamente ligado ao processo de objetivação. Nesse processo o objeto, mesmo sendo produzido pela ação humana, não se confunde com o sujeito que o produziu, embora possa ter certa quantidade de subjetividade o objeto tem legalidade própria. Na relação entre objetividade e subjetividade é evidenciado a prioridade ontológica da objetividade em relação a subjetividade, desta maneira toda a objetivação somente pode criar necessidades e possibilidades objetivas.

O desenvolvimento humano está ligado, na dinâmica interna do trabalho, ao processo de exteriorização. Ele possibilita que o sujeito desenvolva novas habilidades e conhecimentos e, que seja, o portador (aquele que carrega em si) de novas necessidades e possibilidades subjetivas. Aqui fica a potência positiva do trabalho como elemento produtor da humanidade.

Diz Gramsci apud Mészáros

(...) não há nenhuma atividade humana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual – o *Homo faber* não pode ser separado do *Homo sapiens*. Além disso, fora do trabalho, todo homem desenvolve alguma atividade intelectual; ele é, em outras palavras, um “filósofo”, um artista, um homem com sensibilidade; ele partilha uma concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral,

e portanto *contribui para manter ou mudar a concepção do mundo*, isto é, para estimular novas formas de pensamento (GRAMSCI apud MÉSZÁROS, 2008, p. 49)

Nesta perspectiva, coaduna-se com Mészáros, Gramsci faz uma análise dialética da atividade humana, pois ela carrega em si, em seu núcleo, uma dupla contradição tanto a possibilidade de “manutenção” como de “mudança” simultaneamente. Não obstante, qual é mais potencializada e em que grau depende de como as forças em contradição se confrontam e defendem seus interesses essenciais.

3. limites e possibilidades da educação na superação da auto-alienação do trabalho

É importante ressaltar a impossibilidade de mudar uma determinada concepção de mundo somente pela educação, pois na relação social ela se constitui apenas como uma mediação de segunda ordem. Mészáros compreende que:

(...) nenhuma manipulação vinda de cima pode transformar o imensamente complexo processo de modelagem da visão geral do mundo de nossos tempos – constituída por incontestáveis concepções particulares na base de interesses hegemônicos alternativos objetivamente irreconciliáveis, independentemente de quanto os indivíduos possam estar conscientes dos antagonismos estruturais subjacentes – num dispositivo homogêneo e uniforme, que funcione como um promotor permanente da lógica do capital. Nem mesmo o aspecto da ‘manutenção’ pode ser considerado um constituinte passivo da concepção de mundo que predomina entre os indivíduos. (MÉSZÁROS, 2008, p. 50-51)

Mészáros (2008) afirma categoricamente que para alterar o *status quo* social, é necessário uma intervenção consciente em todos os níveis e domínios da existência social e individual, mas que não pode ser meramente uma questão de negação.

Pois, na visão de Marx, todas as formas de negação permanecem condicionadas pelo objeto da sua negação. E, de fato, é pior do que isso. (...) a inércia condicionadora do objeto negado tende a crescer com o passar do tempo, impondo

A Educação e a Alienação Humana da Natureza no Contexto Pandêmico

primeiro a busca de “uma linha de menor resistência” e subsequentemente (...) a “racionalidade” de regressas às “práticas testadas” do status quo ante, que certamente sobreviverão nas dimensões não reestruturadas da ordem anterior. (MÉSZÁROS, 2008, p. 60-61).

É nesse momento que a educação desempenha um papel importante para Mészáros (2008, p. 61), no sentido de “romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à ‘legitimação constitucional democrática’ do Estado capitalista que defende seus próprios interesses”, através de uma *contrainternalização*, com um modo radicalmente distinto de administrar as funções globais de decisão da sociedade.

Nesse sentido, Mészáros (2008) aponta duas tarefas vitais para a classe trabalhadora: reconquistar o controle total do próprio capital e transformar, de modo progressivo, a consciência em resposta às condições imperiosamente cambiáveis. E propõe que o papel de uma educação, comprometida com os interesses da classe trabalhadora, deve ter como ponto central, estratégias para mudar as condições objetivas de reprodução e, estratégias para a *automudança consciente*.

A *alienação de mediações de segunda ordem* imposta a todos os seres humanos, argumenta Mészáros (2008), é responsável pelo grave e insuperável defeito do sistema do capital, pois sem elas esse não conseguiria sobreviver. As mediações de segunda ordem cumprem a função de submeter os seres humanos aos imperativos fetichistas do sistema do capital.

A superação dessa condição, entende Mészáros (2008), está na *automediação*, na indissociabilidade do autocontrole e da autorrealização, por meio da liberdade e igualdade substantiva de uma ordem social regulada por produtores livremente associados, e articulada numa educação para *além do capital*.

Para Mészáros (2008), tanto a educação informal como a formal, também se transformam de acordo com os interesses hegemônicos dominantes de cada momento histórico. Nessa perspectiva, entende que a educação, sob o domínio do capital tem como objetivo central assegurar que os indivíduos tornem como suas as metas de reprodução objetivamen-

te possíveis do sistema.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (...) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (MÉSZÁROS, 2008, p. 35, grifo nosso)

Na sociedade regida pelo capital, a hegemonia da classe dominante fixa para a educação dois objetivos fundamentais, a formação da força de trabalho e a interiorização de ideias e valores adequados a sua reprodução. Deste modo, a educação conformou-se as determinações reprodutivas do sistema do capital, substituindo as formas violentas e legalmente impostas como instrumentos de educação por um complexo sistema de internalização por razões econômicas e não por uma questão humanitária, como argumenta Mézáros (2008).

Enquanto a internalização conseguir fazer o seu bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano (embora de modo nenhum sejam permanentemente abandonadas), posto que são modalidades dispendiosas de imposição de valores, como de fato aconteceu no decurso do desenvolvimento capitalista moderno. (MÉSZÁROS, 2008, p. 44)

O processo de internalização configura-se em um processo complexo que envolve a necessidade, por parte do capital, do controle ativo dos trabalhadores, de uma forma menos onerosa, diz Mézáros (2008)

(...) trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos (...) da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno. (MÉSZÁROS, 2008, p. 44)

Enquanto a internalização cumprir seu papel de sustentar os parâmetros reprodutivos do sistema do capital, as formas violentas são abandonadas por um tempo. “Apenas em perí-

odos de crise aguda volta a prevalecer o arsenal de brutalidade e violência, com objetivo de impor valores”, Mészáros (2008, p. 44).

De acordo com Mészáros (2008), a educação formal é apenas uma parte, sem dúvida importante, do sistema global de internalização, assim ela não é a principal força ideológica que consolida o sistema do capital, conseqüentemente, por si só, não pode fornecer uma alternativa emancipadora.

Dado que a educação está intrinsecamente ligada aos fundamentos ontológicos do ser social. Buscar ou propor soluções que tentam corrigir (reformular) os defeitos do sistema global, que desprezam suas determinações fundamentais, é no mínimo ingênuo, pois possui um limite de compreensão científica ou religiosa, e/ou mal intencionado compreende a lógica de funcionamento, mas põe seus interesses particulares acima dos interesses universais humanos.

A lógica do sistema do capital é *irreformável* e *incorrigível* romper com essa lógica demanda soluções essenciais, elas devem abranger a totalidade do sistema de internalização em todas as suas dimensões. Romper com essa lógica na dimensão da educação corresponde a colocar os interesses humanos frente aos interesses dominantes, pois o que está em questão é a própria sobrevivência humana como o contexto pandêmico nos apresenta.

Considerações finais

Apropriar-se da concepção marxiana é uma urgência histórica para a classe trabalhadora, pois é, sem dúvida, a classe que sofre de forma brutal as perversidades do movimento do capital, em busca de superar suas contradições.

A crise mundial que está destruindo a natureza e os seres humanos não é causada pelo vírus Covid-19, ela é própria do sistema do capital, que em seu desenvolvimento histórico atinge seus limites absolutos. O capital destruirá o que for necessário para continuar se reproduzindo de forma ampliada, pois é regido pelo princípio da incontabilidade.

A classe trabalhadora tem como tarefa histórica destruir o capital e lutar por uma educação para além do capital, uma educação que possibilite os seres humanos desenvolverem suas necessidades e possibilidades enquanto seres humanos, não como simples mercadoria.

Referências

CHESNAIS, F. A Mundialização do Capital. Tradução Silvana Finzi Foá, São Paulo, Xamã, 1994.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. In: Revista Crítica Marxista, no 16. São Paulo: Boitempo, março – 2003.

FOSTER, J. B. A ecologia de Marx: Materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 6a edição. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 2a edição. Vol. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MÉSZÁROS, István. A teoria da Alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006. Tradução de Isa Tavares.

_____. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008. Tradução de Isa Tavares.

_____. Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história. São Paulo: Boitempo, 2011.